



Nº 5.326/2008/PBOAC/PBOA/SPB - PADO Nº 53500.018356/2007 - Resolve: aplicar sanção de ADVERTÊNCIA à Signallink Informática Ltda, Autorizada do Serviço Telefônico Fixo Comutado, na Área de Numeração 41 do Plano Geral de Códigos Nacionais - PGCN, por infração aos artigos 33 e 34, do anexo à Res. Nº 283/2001.

Nº 5.331/2008/PBOAC/PBOA/SPB - PADO Nº 53504.021558/2008 - Resolve: aplicar sanção de ADVERTÊNCIA, à Telecomunicações de São Paulo S/A, concessionária do STFC no setor 31 do Plano Geral de Outorgas - PGO (São Paulo), por violação às Cláusulas 4.5 e 16.1, inciso III, do Contrato de Concessão.

Nº 5.332/2008/PBOAC/PBOA/SPB - PADO Nº 53508.008244/2007 - Resolve: aplicar sanção de MULTA no valor de R\$ 1.001,00 (mil e um reais) à Embratel Telecomunicações S/A, concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, na região IV do PGO, pelo descumprimento ao artigo 17, §7º do Regulamento do STFC, aprovado pela Res. Nº 426, de 09.12.2005.

Nº 5.333/2008/PBOAC/PBOA/SPB - PADO Nº 53569.002363/2006 - Resolve: aplicar sanção de MULTA no valor de R\$ 1.001,00 (mil e um reais) à Nortelpa Engenharia Ltda, Autorizada do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC em municípios do estado do Pará, pelo descumprimento ao art. 17, §3º, do Regulamento do STFC, c/c Cláusula 9.1, incisos I e III do Termo de Autorização.

Nº 5.334/2008/PBOAC/PBOA/SPB - PADO Nº 53566.001291/2004 - Resolve: aplicar sanção de MULTA no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) à Telemar Norte Leste S/A, concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC no setor 12 do PGO (Piauí), pelos descumprimentos aos arts. 12, inciso VII; 48; § 6º; 65, § único; 68; e 69 do Regulamento do STFC, aprovado pela Res.Nº 85/1998.

Nº 5.335/2008/PBOAC/PBOA/SPB - PADO Nº 53542.002633/2006 - Resolve: aplicar sanção de MULTA no valor de R\$ 1.001,00 (mil e um reais) à Brasil Telecom S/A, concessionária do STFC no setor 24 do PGO (Goiás), por infração aos arts. 74, §3º, e 83 do Regulamento do STFC, anexo à Res. Nº 426, de 09.12.2005.

Nº 5.336/2008/PBOAC/PBOA/SPB - PADO Nº 53563.000667/2007 - Resolve: aplicar sanção de MULTA no valor de R\$ 1.001,00 (mil e um reais), à Telemar Norte Leste S/A, concessionária do STFC no setor 10 do Plano Geral de Outorgas - PGO (Rio Grande do Norte), pelo descumprimento ao artigo 118 do Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado, aprovado pela Res. Nº 426, de 09.12.2005.

Em 18 de dezembro de 2008

Nº 5.389/2008/PBOAC/PBOA/SPB - PADO Nº 53560.000465/2006 - Resolve: aplicar sanção de MULTA no valor de R\$ 1.001,00 (mil e um reais) à Empresa Brasileira de Telecomunicações - EMBRATEL, Autorizada do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC no Setor 11 do Plano Geral de Outorgas - PGO (Ceará), por infração ao art. 11, incisos IX e X, do Regulamento do STFC, aprovado pela Res. Nº 426, de 09.12.2005.

GILBERTO ALVES

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 505, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2008

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 187, inciso XIX, do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, e tendo em vista o que consta do Processo Nº 53000.020149/2004, resolve:

Art. 1º Autorizar, na forma do artigo 101 do Decreto Nº 52.795/1963, que aprovou o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, a RÁDIO NORNAL DA CIDADE LTDA, executante do Serviço de Radiodifusão em Onda Média, na localidades de Salvador, Estado da Bahia, a nomear procuradora com poderes de gerência: Maria Bernadete Santos Silva - CPF 023.409.657-80.

Art. 2º Determinar que a entidade acima citada apresente a este Ministério das Comunicações o respectivo instrumento de nomeação, devidamente formalizado.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ZILDA BEATRIZ S. DE CAMPOS ABREU

PORTARIA Nº 507, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2008

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 187, inciso XIX, do Regimento Interno do Ministério das Comunicações, e tendo em vista o que consta do Processo Nº 53000.056833/2005, resolve:

Art. 1º Autorizar a RÁDIO DIFUSORA 26 DE ABRIL DE IMARUÍ LTDA., executante de Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média, na localidade de Imaruí, Estado de Santa Catarina, a utilizar o seguinte nome de fantasia: "RÁDIO LITORAL".

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ZILDA BEATRIZ A. DE CAMPO ABREU

SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL DAS COMUNIDADES BRASILEIRAS NO EXTERIOR
DEPARTAMENTO DE ESTRANGEIROS
DIVISÃO DE ATOS INTERNACIONAIS

AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO SOBRE PRIVILÉGIOS E IMUNIDADES E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS CELEBRADO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA (IICA), PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE PARCERIA TRIANGULAR DE COOPERAÇÃO SUL-SUL

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) (doravante denominados "Partes"),

CONSIDERANDO:

Que as relações de cooperação entre as Partes estão amparadas e se fortalecem na Carta da Organização dos Estados Americanos, na Convenção sobre o Instituto Interamericano de Relações Institucionais, celebrado entre o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura e o Governo da República Federativa do Brasil, em 1984; e

Que a cooperação entre o IICA e o Governo brasileiro pode proporcionar meios adicionais para garantir o suporte necessário à implementação de projetos inovadores de cooperação horizontal em benefício do desenvolvimento rural sustentável nos países da América Latina e do Caribe,

Acordam o seguinte:

Título I
Do Objeto

Artigo 1º

O objeto do presente Ajuste Complementar é estabelecer parceria para a promoção da cooperação técnica Sul-Sul na modalidade triangular em países da América Latina e do Caribe na área do desenvolvimento rural sustentável, sujeita ao consentimento dos Terceiros Países.

Título II
Áreas de Cooperação

Artigo 2º

O presente Ajuste Complementar abrange todas as áreas relacionadas ao desenvolvimento rural sustentável, em especial:

- a) a competitividade de produtos agropecuários no âmbito de suas respectivas cadeias produtivas;
- b) o desenvolvimento do agronegócio;
- c) a abordagem territorial como estratégia de melhoramento das condições de vida das comunidades rurais;
- d) a tecnologia e a inovação para a modernização da agricultura e do meio rural;
- e) os serviços de assistência técnica e extensão rural a agricultores familiares;
- f) o intercâmbio de experiências e boas práticas em temas tecnológicos;
- g) o fortalecimento das capacidades e competências técnicas institucionais;
- h) o manejo sustentável dos recursos naturais; e
- i) a sanidade agropecuária e inocuidade dos alimentos.

Título III
Modalidades de Cooperação

Artigo 3º

1. As modalidades a serem adotadas para a execução dos projetos específicos de cooperação técnica a serem desenvolvidos sob o abrigo do presente Ajuste Complementar serão aquelas que as Partes considerarem de maior conveniência aos propósitos e ao cumprimento de seus respectivos mandatos, com destaque para:

- a) missões de cooperação;
- b) disponibilização de especialistas para realização de trabalhos específicos;

c) elaboração, execução e gestão de programas e projetos de cooperação técnica;

d) planejamento e gestão de eventos de capacitação e de intercâmbio de informações técnicas; e

e) organização e gestão de espaço e instâncias que promovam o debate, a sistematização e a divulgação de informações técnicas;

2. A execução das atividades de cooperação ao amparo do presente Ajuste Complementar se dará por meio de projetos específicos, de cuja elaboração e implementação se encarregarão as instituições identificadas pelas Partes, sujeita ao assentimento do país interessado.

Título IV
Procedimentos de Execução

Artigo 4º

Para a execução do objeto do presente instrumento, as Partes observarão o seguinte:

a) cada iniciativa de cooperação técnica requererá a elaboração de um documento de projeto, discutido e acordado pelas Partes, juntamente com os países interessados, que conterá, no mínimo, os seguintes componentes: justificativa, objetivos, produtos, meios e insumos para alcance dos resultados; estratégia de desenvolvimento; instituições participantes e respectivas funções e atribuições; contrapartida dos países beneficiários; orçamento e disposições sobre a gestão dos recursos; cronograma de execução e outros elementos que assegurem o adequado cumprimento dos objetivos pactuados em cada iniciativa de cooperação Sul-Sul;

b) cada uma das Partes, bem como o país interessado, designará um representante que, em conjunto, coordenarão as atividades necessárias para assegurar a elaboração, a gestão e a execução do projeto de cooperação técnica;

c) as missões técnicas elaboração relatórios com recomendações que tenham por objetivo subsidiar a elaboração dos projetos de cooperação técnica; e

d) por mútuo consentimento, os projetos de cooperação técnica decorrentes deste Ajuste Complementar poderão contar com a participação de outras entidades que atuam na cooperação multilateral ou bilateral, organizações privadas não-governamentais e governos interessados em apoiar iniciativas de cooperação Sul-Sul na área do desenvolvimento rural sustentável.

Título V
Responsabilidades das Partes

Artigo 5º

Ao Governo Brasileiro caberá, por intermédio da Agência Brasileira de Cooperação, do Ministério das Relações Exteriores (doravante "ABC/MRE").

a) facilitar o acesso ou aportar informações necessárias à execução deste Ajuste Complementar e dos projetos de cooperação técnica dele decorrentes, incluindo aspectos técnicos, gerenciais e financeiros;

b) disponibilizar pessoal técnico para participar da elaboração, gestão, execução e acompanhamento dos projetos de cooperação técnica pactuados em decorrência deste Ajuste Complementar; e

c) assegurar, quando couber, os aportes financeiros necessários à implementação dos projetos negociados com o IICA e os países interessados.

Artigo 6º

Ao IICA caberá:

a) aportar conhecimentos técnicos aos projetos decorrentes do presente Ajuste Complementar, destinando tempo parcial de especialistas de seu quadro permanente

b) discutir com a ABC/MRE estratégias que imprimam maior agilidade à execução dos projetos decorrentes deste Ajuste Complementar;

c) implementar, conforme acordado entre as Partes, atividades específicas descritas nos projetos de cooperação técnica;

d) administrar, quando solicitado, os recursos financeiros mobilizados no âmbito dos projetos, bem como assegurar o aporte técnico e a logística indispensáveis à execução da cooperação técnica Sul-Sul decorrente deste Ajuste Complementar, em conformidade com as suas políticas, normas, regulamentos e procedimentos; e

e) elaborar termos de referência, analisar e emitir parecer sobre os relatórios técnicos, bem como elaborar relatórios de acompanhamento relacionados à execução dos projetos decorrentes deste Ajuste Complementar, em coordenação com a ABC/MRE e os países interessados.